

~~ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – MEDIDA CAUTELAR~~

~~RESPONSÁVEL: MARIA JOSÉ DE RIBAMAR PANTOJA~~

~~CONTADORA: MARIA DO SOCORRO PINTO ALVES BATISTA~~

~~MPC: PROCURADORA MARIA INEZ KLAUTAU DE M. GUEIROS~~

~~RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES~~

~~EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Medida Cautelar de Indisponibilidade de Bens.~~

~~Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da Ata da Sessão Virtual realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.~~

~~DECISÃO:~~

~~I – APLICAR Medida Cautelar de INDISPONIBILIDADE DE BENS a Sra. MARIA JOSÉ DE RIBAMAR PANTOJA, responsável pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAGALHÃES BARATA, exercício 2016, em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos em apuração, por prazo não superior a um ano, conforme Art. 341, I, do RI/TCM/PA.~~

ACÓRDÃO Nº 38.614, DE 26/05/2021

~~PROCESSO Nº 202100615-00 (PC 050022012-00 / RO 201803018-00)~~

~~MUNICÍPIO: ALMEIRIM~~

~~ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL~~

~~ASSUNTO: EMBARGOS DECLARAÇÃO – FACE AOS ACÓRDÃOS Nº 37.448-RO e Nº 37.449/2020-MC EXERCÍCIO: 2012~~

~~EMBARGANTE: MARIA DE FÁTIMA VIEIRA VILELA~~

~~ADVOGADO: WYLLER HUDSON PEREIRA MELO – OAB/PA 20.387~~

~~CONTADORES: JULIANO NEVES DA ROCHA JÚNIOR – CRC6104/PA E ÉDER SOUSA E SILVA CRC/PA 15.355~~

~~RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES~~

~~EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DOS ACÓRDÃOS 37.448-RO e 37.449/2020-MC. NÃO CONHECIMENTO POR INTEMPESTIVIDADE. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AFASTAMENTO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS POR AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ART. 484 DO RI/TCM-ATO 23.~~

~~Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do~~

~~Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual do Pleno, realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.~~

~~DECISÃO: em NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, opostos por MARIA DE FÁTIMA VIEIRA VILELA, ordenadora de despesas da CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, no exercício 2012, por intempestividade; nada havendo a declarar quanto aos prazos prescricionais que restaram afastados pela ausência de prestação de contas na forma do Art. 484, do RI/TCM/PA, ATO 23, mantendo, na íntegra os Acórdãos Nº 37.448-RO e Nº 37.449/2020-MC.~~

Protocolo: 35422

CONSULTA

RESOLUÇÃO Nº 15.732/2021, em 16/06/2021.

Processo nº 202103146-00

Classe: Consulta

Referência: Prefeitura Municipal de Belém

Interessado: Dilson Augusto Coelho Loureiro

Instrução: Diretoria Jurídica / TCMPA

Relator: Conselheira MARA LÚCIA

Exercício: 2021

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DO TCMPA. ADMISSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM BASE NO VALOR DEFINIDO NACIONALMENTE PARA O SALÁRIO-MÍNIMO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO INCISO IV, DO ART. 7º, DA CF/88. DECISÃO UNÂNIME. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A Lei Complementar nº 173/2020 estabelece regras temporárias, consignadas até 31/12/2021, que vedam o aumento com despesas diretas e indiretas com pessoal.

2. As vedações constantes dos incisos I e VI, do art. 8º, da LC nº 173/2020, não alcançam a obrigatoriedade de preservação do valor remuneratório mínimo, aos servidores públicos, balizado naquele estabelecido ao salário-mínimo nacional, exigível, nos termos do inciso IV, do art. 7º, da CF/88.

3. É vedada a manutenção de remuneração total dos servidores públicos, em patamares inferiores ao do salário-mínimo nacional;

4. Para tal preservação, há de se estabelecer a fixação legal de reajuste e/ou complementação



remuneratória aos servidores que estejam percebendo valores globais mensais, inferiores ao do salário-mínimo nacional;

5. Nos termos da Súmula Vinculante n.º 16 do C. STF, os artigos 7º, IV, e 39, §3º, da CF/88, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público e não o seu salário-base.

6. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (Ato 23).

Vistos e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, resolvem os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **16 de junho de 2021**.

Segue Relatório da **RESOLUÇÃO Nº 15.732/2021**:

RELATÓRIO:

Processo nº 202103146-00

Classe: Consulta

Referência: Prefeitura Municipal de Belém

Interessado: Dilson Augusto Coelho Loureiro

Instrução: Diretoria Jurídica / TCMPA

Relator: Conselheira MARA LÚCIA

Exercício: 2021

Tratam os autos em epígrafe de consulta formulada pela **Prefeitura Municipal de Belém**, exercício financeiro de **2021**, subscrita pelo Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência, Sr. **DILSON AUGUSTO COELHO LOUREIRO**, autuada neste TCMPA em **26/05/2021**, solicitando manifestação, nos termos do quesito formulado às fls. 01/02, *in verbis*:

“Considerando que a Lei Orgânica do Município de Belém, vigente desde 30 de março de 1990, em seu inciso IV do artigo 18 disciplina que o município assegure aos servidores públicos vencimento nunca inferior ao salário mínimo, e ainda que hoje tal dispositivo não está sendo observado, pergunta-se se a proposição de atingimento desse piso, ainda que progressivamente, é vedada pelo disposto no inciso I, do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020?”

Os autos foram recebidos em Gabinete, ocasião em que determinei que o processo fosse submetido à apreciação da Diretoria Jurídica do TCMPA (fl. 05), para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, no que foi elaborado o **Parecer n.º 167/2021/DIJUR/TCMPA**¹ (fls. 27-47), o qual adoto como relatório, tal como a seguir transcrito.

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DO TCMPA. ADMISSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM BASE NO VALOR DEFINIDO NACIONALMENTE PARA O SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO INCISO IV, DO ART. 7º, DA CF/88.

1. A Lei Complementar n.º 173/2020 estabelece regras temporárias, consignadas até 31/12/2021, que vedam o aumento com despesas diretas e indiretas com pessoal.

2. As vedações constantes dos incisos I e VI, do art. 8º, da LC nº 173/2020, não alcançam a obrigatoriedade de preservação do valor remuneratório mínimo, aos servidores públicos, balizado naquele estabelecido ao salário mínimo nacional, exigível, nos termos do inciso IV, do art. 7º, da CF/88.

Tratam os autos em epígrafe de consulta formulada pela **Prefeitura Municipal de Belém**, exercício financeiro de **2021**, subscrita pelo Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência, Sr. **DILSON AUGUSTO COELHO LOUREIRO**, autuada neste TCMPA em **26/05/2021**, solicitando manifestação, nos termos do quesito formulado às fls. 01/02, *in verbis*:

“Considerando que a Lei Orgânica do Município de Belém, vigente desde 30 de março de 1990, em seu inciso IV do artigo 18 disciplina que o município assegure aos servidores públicos vencimento nunca inferior ao salário mínimo, e ainda que hoje tal dispositivo não está sendo observado, pergunta-se se a proposição de atingimento desse piso, ainda que progressivamente, é vedada pelo disposto no inciso I, do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020?”



Para melhor compreensão do aludido quesito consultivo, cumpre-nos remeter, em breve síntese, a contextualização do tema, aportada pelo próprio interessado (fls. 01/04), o qual questiona se a proposição de atingimento do piso assegurado aos servidores públicos de vencimento – objetivando que não a remuneração não se torne inferior ao salário mínimo nacional – é vedada pelo disposto no inciso I, do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020.

Os presentes autos foram encaminhados à Diretoria Jurídica em **27/05/2021** para elaboração de manifestação jurídica, conforme autorizativo constante do **art. 263, do RITCMPA**², pelo que temos a pontuar e aduzir, nos seguintes termos:

I – DA ADMISSIBILIDADE CONSULTIVA:

Primeiramente, insta salientar que o instituto da consulta está amparado na **Lei Complementar n.º 109/2016** (Lei Orgânica do TCMPA), em seu **art. 1º, inciso XVI**, onde estabelece, in verbis:

Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

XVI - Responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

No tocante à admissibilidade da consulta, o **Regimento Interno deste TCMPA (Ato 23)** disciplina os critérios de admissibilidade das consultas, a qual recai ao Conselheiro-Relator, conforme dispositivo a seguir transcrito e destacado:

Art. 231. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da LC n.º 109/2016, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - ser formulada por autoridade legítima;

II - ser formulada em tese;

III - conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; **IV** - versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

§1º. A consulta formulada pelos Chefes de Poderes Municipais e demais ordenadores de despesas, vinculados à administração direta ou indireta, deverá, sob pena de inadmissibilidade, ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela Procuradoria Municipal; assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;

§2º. A critério do Relator, observada a complexidade da matéria submetida sob a forma de consulta, poderá ser dispensado o requisito de admissibilidade fixado no § 1º, deste artigo.

Neste sentido, conforme o artigo supracitado, denota-se que o Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas formuladas, desde que cumpridos, preliminarmente, os requisitos cumulativos expostos nos incisos do **art. 231 c/c art. 236, §2º, do RITCMPA**.

No que concerne aos legitimados para formular as referidas consultas, estes estão previstos no rol taxativo dos **incisos I a VII, do art. 232, do RITCMPA**, in verbis:

Art. 232. Estão legitimados a formular consulta:

I - o Prefeito;

II - o Presidente da Câmara Municipal;

III - os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;



IV - os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V - as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

VI - as entidades associativas, federativas e confederativas, bem como as entidades do terceiro setor, incluídas no rol de jurisdicionados deste TCM PA, por imperativo de Lei ou deste Regimento Interno;

VII - os demais ordenadores de despesas, sob jurisdição deste TCM PA.

Destarte, é requisito imprescindível para a admissibilidade das consultas formuladas perante o TCM PA que o Consulente esteja inserido no rol de legitimados do artigo supracitado.

*Nos autos em epígrafe, verifica-se que o ente consulente é a Prefeitura Municipal de Belém, representada, neste ato pelo **Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência de Belém**, o que implica dizer que dispõe de legitimidade para interpor a presente solicitação, conforme previsão do inciso VII, do artigo supracitado.*

Assim, por ocasião do juízo de admissibilidade consultiva, firmamos entendimento no sentido de que os presentes autos se revestem das formalidades necessárias, quanto à proposição e, ainda, firmado por autoridade legitimada, qual seja, o Prefeito Municipal de Belém, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência de Belém. (art. 232, inciso V do RITCM PA).

II – DO MÉRITO:

Preliminarmente, cumpre-nos assentar que esta DIJUR/TCM PA recebeu outros processos de consulta, os quais abarcaram, em parte, questões com pertinência sobre a matéria consultiva em análise, ou seja, aspectos relacionados às vedações impostas no art. 8º da LC n.º 173/2020, os quais já receberam

*apreciação por parte deste Tribunal Pleno, que resultaram na fixação de decisões paradigmáticas, consubstanciada junto às **Resolução n.º 15.626/2021**, de 03/03/2021 (Processo n.º 202100123-00); **Resolução n.º 15.648/2021**, de 17/03/2021 (Processo n.º 202002724-00) e **Resolução n.º 15.726/2021** (Processo n.º 202101757-00 / 202101783-00), de 02/06/2021, conforme detidos precedentes jurisprudenciais, que passamos a referir:*

RESOLUÇÃO Nº 15.626/2021, de 03/03/2021

Processo n.º: 202100123-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Placas

Interessado: Leila Raquel Possimoser

Advogada: Edmária de Oliveira Correia (OAB-PA 16.041)

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2021

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO. PANDEMIA DO “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19). VEDAÇÕES DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020. AUMENTO DE SUBSÍDIO DE AGENTES POLÍTICOS NO EXERCÍCIO DE 2021. IMPOSSIBILIDADE. DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DE VALORES PAGOS A MAIOR EM 2022. ADESÃO AOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO N.º 03/2021/CNPTC. REPERCUSSÃO GERAL.

1. Os subsídios dos agentes políticos (vereadores, secretários, vice-prefeito e prefeito), observados os preceitos e limites consignados pelas Constituições Federal, Estadual e Leis Orgânicas Municipais, deveriam ser fixados em ato próprio, em 2020, para a legislatura subsequente (2021/2024), entretanto, os efeitos financeiros de eventuais majorações ficam suspensos até 31/12/2021, passando a vigorar a partir de 01/01/2022.

2. Os efeitos financeiros de eventuais majorações ficam suspensos até 31/12/2021, não podendo tais restrições serem mantidas em período posterior, em respeito às vedações contidas no inciso I, do art. 8º, da LC n.º 173/2020.

3. Deverão ser praticados, até 31/12/2021, os mesmos valores de subsídios estabelecidos em dezembro de 2020, aos agentes políticos municipais, independentemente da previsão e incidência de novos atos de fixação.





4. Deverão ser restituídos ao erário municipal, os valores pagos com aumento da parcela, em 2021, comparados aos valores pagos em 2020, sob pena de responsabilização do Chefe de Poder.

5. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (ato 23).

RESOLUÇÃO Nº 15.648/2021, de 17/03/2021

Processo nº 202002724-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Parauapebas

Interessado: Luiz Alberto Moreira

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2020

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO. PANDEMIA DO “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19). VEDAÇÕES DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020. INCISOS I, VI E IX. PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE VANTAGEM, AUMENTO, REAJUSTE OU ADEQUAÇÃO DE REMUNERAÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. IMPOSSIBILIDADE QUANTOS AOS EFEITOS FINANCEIROS EM 2021. CONCESSÃO DE PROGRESSÕES E PROMOÇÕES FUNCIONAIS. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A revisão geral anual pode ser concedida, nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal, todavia, só terá efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2022, em respeito as vedações estabelecidas na LC n.º 173/2020, vedado o pagamento retroativo, ainda que indenizado.

2. É autorizada a majoração remuneratória de servidores, durante o período estabelecido pela LC n.º 173/2020, desde que vinculada, estritamente, as progressões e/ou promoções funcionais, previstas na norma legal de regência do município (PCCR), desde que editada em data anterior a vigência da citada lei federal, conforme orientações e posicionamentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, Câmara dos Deputados e Procuradoria Geral do Estado do Pará.

3. Os impactos decorrentes da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), bem como os benefícios financeiros estabelecidos pela LC n.º 173/2020, atinge todos os estes federados no Estado do Pará, comportando, o alcance das vedações previstas no

art. 8º, da citada norma, a todos os entes jurisdicionados do TCM-PA.

4. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (ato 23).

RESOLUÇÃO Nº 15.726/2021, de 02/06/2021

Processo nº 202101757-00 (202101783-00)

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

Consulente: João da Cunha Rocha

Advogada: Érika Auzier da Silva (OAB-PA 22.036)

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2021

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PANDEMIA DO “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19). VEDAÇÕES TEMPORÁRIAS DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020. PROIBIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. EXCEÇÕES. PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO. AVALIAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. INTERLOCUÇÃO ENTRE OS ENTES DE CONTROLE EXTERNO. REPERCUSSÃO GERAL.

1. Fica proibida a realização de concursos públicos até 31 de dezembro de 2021, exceto para reposição de vagas nos quadros efetivos, desde que não acarretem aumento da despesa com pessoal.

2. A realização de concurso público até 31 de dezembro de 2021, poderá ocorrer somente nas seguintes hipóteses:

2.1. para reposição dos cargos efetivos e empregos públicos, independentemente da data em que se deu a vacância, devendo o gestor motivar adequadamente o ato administrativo, demonstrando sua congruência com planejamento administrativo voltado à adoção da medida, conforme inteligência dos incisos IV e V, do art. 8º, da LC n.º 173/2020.

2.2. para provimento dos cargos efetivos e empregos públicos que não impliquem aumento global de despesas com pessoal, com a competente medida de compensação, a qual perpassa pela rescisão de contratações temporárias, conforme inteligência do inciso VII, §2º e inciso I, do art. 8º, da LC n.º 173/2020.

3. Para os Municípios que tem concurso em andamento, as etapas devem ser concluídas,



excetuando-se a nomeação ou contratação dos aprovados, salvo nos casos de reposição de vagas nos quadros efetivos, desde que não acarretem aumento da despesa com pessoal ou mediante a adoção das medidas compensatórias prévias.

4. É preconizada a interlocução e mediação entre os entes de controle externo – TCM/PA e MPPA – para a formalização de instrumentos destinados ao ajustamento da gestão, sem prejuízo da independência e autonomia dos envolvidos.

5. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCM/PA (ato 23).

Além destas, insta-nos registrar, ainda, pelos menos três outras consultas formuladas, que já receberam parecer desta DIJUR, que igualmente possuem como fundo de direito às vedações impostas pela sobredita LC n.º 173/2020, ao que destacamos: (i) Processo n.º 202101603-00, oriundo da CM de Placas³; (ii) Processo n.º 202102798-00, oriundo da PM de Rondon do Pará⁴ e (iii) Processo n.º 202102544 -00, oriundo da CM de Rondon do Pará⁵.

Neste sentido, denota-se que esta Corte de Contas já se manifestou sobre aspectos relevantes acerca das vedações impostas por meio da LC n.º 173/2020, especificamente quanto a eventuais majorações de subsídios e remunerações, progressões funcionais e realização de concursos públicos, avaliando os aspectos de vedação e limitação impostos, temporariamente, sobredita Lei Complementar Federal, cujo objetivo central está posto no controle do aumento com despesas, diretas e indiretas, com os servidores públicos e agentes políticos, em virtude da crise na saúde pública e, por conseguinte, financeira, gerada pela pandemia da COVID-19.

Todavia, a despeito dos aspectos já analisados por esta DIJUR e, sequencialmente, pelo Colendo Plenário, temos que a matéria posta por intermédio da presente consulta alude novo ponto de reflexão, dado que questiona quanto à existência de vedação, por força da LC n.º 173/2020, para a implementação de reajuste remuneratório dos servidores públicos municipais, destinada à manutenção do pagamento do mínimo previsto como valor do salário mínimo nacional.

Verifica-se, assim, por esta DIJUR/TCMPA, que esta Corte de Contas ainda não se manifestou, ao menos de maneira expressa, sobre o quesito formulado, o que acode pertinência temática à matéria.

Em virtude do exposto, preservando-se entendimento em sentido contrário, faz-se necessário tecer determinadas considerações acerca do tema e posteriormente firmar entendimento junto ao Colendo Plenário deste TCM/PA, sobre o referido questionamento, a fim de assegurar a integral orientação aos Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Assim, e de modo preliminar, em resposta ao questionamento formulado na vertente consulta, cumpre-nos assentar, desde já, o posicionamento desta DIJUR/TCMPA, no sentido de que a manutenção do valor nominal do salário mínimo, como remuneração aos servidores públicos municipais, não encontra vedação por parte da LC n.º 173/2020, em virtude da previsão constitucional contida no art. 7º, inciso IV, da Carta Cidadã e, ainda, dos reiterados precedentes jurisprudenciais existentes no âmbito do C. STF, **conforme passaremos a esclarecer.**

Neste sentido, transcrevemos o disposto e assentado como garantia a todos os trabalhadores brasileiros, pela Constituição Federal de 1988:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

A despeito do previsto no texto constitucional, é de senso comum que os valores praticados historicamente para o salário mínimo nacional estão muito aquém do indispensável a suprir as ditas “necessidades vitais básicas” do trabalhador e de sua família⁶.



Seguindo o paradigma constitucional, a despeito da análise consultiva se dar sob a forma de tese, no âmbito do município consulente, a exemplo de tantos outros, fez-se assegurar ao funcionalismo municipal a percepção remuneratória não inferior ao mínimo nacional, conforme dispositivo que transcrevemos a partir da Lei Orgânica do Município de Belém:

Art. 18. O Município assegura aos servidores públicos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os seguintes direitos:

IV - vencimento nunca inferior ao salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado;

Sob tais perspectivas constitucional e legal, já se pode compreender que as disposições, em especial, as vedações traçadas pela LC n.º 173/2020, não podem se sobrepor a disciplina pré-existente, de tal sorte a inviabilizar o impedir que os entes públicos assegurem aos seus servidores o mínimo remuneratório nacional.

Neste sentido, cumpre-nos referir, com vistas a balizar o entendimento desposado, a posição fixada pela Procuradoria Geral do Estado do Pará, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 000076/2020-PGE, da qual se extrai:

B.6) PROIBIÇÃO DE CRIAÇÃO OU MAJORAÇÃO DE VANTAGENS OU BENEFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA (ART. 8º, VI):

VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;

A disposição segue a esteira da proibição constante do inciso I do art. 8º, vedando a criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da

Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes.

A exceção diz respeito ao cumprimento de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública, cujos estritos termos deverão ser observados pela Administração.

A proibição em questão não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que a criação ou majoração dos benefícios tenha relação com a calamidade pública imposta pela pandemia da covid-19, ficando sua vigência e efeitos adstritos à duração da calamidade pública (art. 8º, § 5º).

Não se aplica, outrossim, ao abono complementar concedido aos servidores estaduais que percebem remuneração inferior ao salário mínimo. Isso porque trata-se de direito fundamental assegurado aos trabalhadores, extensivo aos servidores públicos (art. 7º, IV c/c art. 39, § 3º, CF/88), a ser observado obrigatoriamente pela Administração Estadual, a despeito da previsão trazida pela LC 173/2020. Deveras, a Administração não pode valer-se da proibição legal para se eximir do dever constitucional de assegurar remuneração que preserve a percepção do salário mínimo.
(grifamos)

Seguindo a mesma linha de entendimento, cumpre-nos, ainda, referir a posição fixada pela Confederação Nacional do Municípios, consubstanciada junto ao Parecer n.º 2/2021/CNM, do qual se extrai:

II – DA POSSIBILIDADE DE REAJUSTE DE SALÁRIOS INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO:

Inicialmente, cabe estabelecer que a leitura do setor jurídico da CNM – com amparo nos argumentos a seguir – é de que a revisão geral anual está abarcada nas **vedações** do art. 8º, inc. I da LC 173/2020, que tem como principal objetivo o congelamento provisório dos gastos públicos.

A LC 173/2020 aponta para a impossibilidade de conceder reajuste aos servidores.



Contudo, diversos Municípios têm questionado a perspectiva de concessão do reajuste ao limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa possibilidade está sendo ventilada em face de interpretação extensiva do inc. VIII da LC 173/2020, que indica que não se pode reajustar acima da variação da inflação, medida pelo IPCA – interpretação que, a contrário sensu, permitiria o reajuste nos limites desse indicador.

Entretanto, a real extensão do dispositivo supracitado relaciona-se à viabilidade de o reajuste/complementação poder ser concedido para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo. Ou seja, para aqueles servidores que estariam com a sua remuneração abaixo do valor hoje estipulado ao salário mínimo – podendo, somente nesse caso, conceder o reajuste ou complementação.

O Supremo Tribunal Federal já firmou, em diversas oportunidades, a impossibilidade de a remuneração total ser inferior ao salário mínimo. Portanto, os vencimentos abaixo do valor do salário mínimo nacional, pelo princípio da isonomia, podem ser objeto de edição de lei de revisão geral anual para que nenhum servidor receba abaixo do salário mínimo.

IMPORTANTE: atente-se que o STF firmou entendimento no sentido de que é a **remuneração total do servidor – e não o seu salário-base** – que não pode ser inferior ao salário mínimo².

Merece destaque, junto ao estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, o balizamento de seu entendimento, à luz de posição uniforme do C. STF, que transcrevemos:

“(…) o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 572.921/RN e o RE 582.019/SP, ambos da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, reconheceu a existência da repercussão geral das matérias constitucionais versadas nestes feitos e reafirmou a jurisprudência dominante nesta Corte no sentido de que a garantia de percepção de salário mínimo conferida ao servidor por força dos arts. 7º, IV, e 39, § 3º, da CF/1988 corresponde à sua remuneração total e não apenas ao vencimento básico, que pode ser inferior ao mínimo, e, também,

que sobre o abono pago para atingir o salário mínimo não devem incidir as gratificações e demais vantagens pecuniárias, sob pena de ofensa ao art. 7º, IV, da CF/1988”.

[RE 499.937 AgR, voto do rel. min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 25-10-2011, DJE 228 de 1º-12-2011.]

Por todos os elementos de convicção estabelecidos neste parecer, o entendimento opinativo desta DIJUR/TCM/PA é no sentido de que as disposições fixadas pelo art. 8º da LC nº 173/2020, inclusive as dos incisos I e VI, não vedam a adoção de medidas pelos entes jurisdicionados, no sentido de assegurarem a percepção remuneratória, por seus servidores, do valor correspondente ao salário mínimo nacional.

III - DA REPERCUSSÃO GERAL:

Conforme detalhamentos e informações que compõem a presente manifestação, entendemos e, assim, recomendamos a incidência de repercussão geral, junto a decisão que venha a ser fixada por este Colendo Plenário, dada a inequívoca verificação de situações espelhadas em diversos municípios, quanto as dúvidas que emergem das restrições fixadas pela LC n.º 173/2020.

A compreensão do instituto da repercussão geral, junto às decisões jurisdicionais, está atrelada, no âmbito do Poder Judiciário, às decisões proferidas pelo C. STF, em apreciação de autos de Recurso Extraordinário, à luz do que prevê o **art. 1.035 e §1º, do CPC**³, traçando delimitação de seu alcance, aos casos em que houver a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

Neste sentido, corrobora a doutrina a seguir transcrita:

“Repercussão geral, nos termos legais, é relevância + transcendência. Ou seja, a questão debatida deve ser relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico (basta um), além de transcender o interesse subjetivo das partes do caso em concreto”.⁹



*“Impõe-se que a questão debatida, além de se ensartar como de relevante importe econômico, social, político ou jurídico, ultrapasse o âmbito de interesse das partes. Vale dizer: tem de ser transcendente. Também aqui o legislador infraconstitucional alça mão de linguagem propositalmente vaga, consentindo ao Supremo Tribunal Federal a aferição da transcendência da questão debatida a partir do caso concreto. A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobreleva para individualização da transcendência o importe da questão debatida para a sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda, o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, coletivo ou difuso)”.*¹⁰

*Pela inequívoca repercussão jurídica e econômica da matéria sob análise, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, assentamos orientação propositiva pelo estabelecimento da aludida repercussão geral, na forma do **art. 241, do RITCMPA¹¹ (Ato 23)**, junto aos presentes autos, objetivando, por fim, a ampla divulgação e orientação aos respectivos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, jurisdicionados deste TCM-PA.*

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Objetivando assegurar resposta objetiva e conclusiva aos quesitos formulados, além de breves orientações aos Poderes Executivos e Legislativos Municipais, bem como as autarquias e fundações municipais, assentamos que:

“Considerando que a Lei Orgânica do Município de Belém, vigente desde 30 de março de 1990, em seu inciso IV do artigo 18 disciplina que o município assegure aos servidores públicos vencimento nunca inferior ao salário mínimo, e ainda que hoje tal dispositivo não está sendo observado, pergunta-se se a proposição de atingimento desse piso, ainda que progressivamente, é vedada pelo disposto no

inciso I, do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020?”

Resposta: Não, a adoção de medidas administrativas e legais que visem assegurar a manutenção da remuneração mínima dos servidores públicos municipais, com base no valor fixado nacionalmente ao salário mínimo, não encontra vedação junto aos termos da LC n.º 173/2020.

Traçadas tais considerações e por todo o aqui exposto, encaminhamos a manifestação preliminar, desta Diretoria Jurídica, para a competente e necessária apreciação desta Conselheira-Relatora, ressaltando, por necessário, o caráter opinativo e não vinculativo, do posicionamento firmado, pelo que, permanecemos a vossa disposição para qualquer esclarecimento adicional que entenda necessário.

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento e a preliminar instrução, através da Diretoria Jurídica, deste TCM-PA, procedi com a apreciação da matéria, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 231 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23)**, conforme análise preliminar estabelecida pela DIJUR, devidamente transcrita em relatório, sob a qual complemento, ainda, a inescusável pertinência e atualidade do tema em questão, qual seja, os impactos das medidas de restrição de aumento de despesas de pessoal, a partir do advento da LC n.º 173/2020.

Nesta linha, revela-se como pertinência o debate no âmbito deste Tribunal, em especial quando se mantém a compreensão de que a sua execução comporta aplicação



de recursos públicos provenientes do Erário Municipal, aspecto fundamental no exercício do controle externo realizado pelo TCMPA, o que atrai, a toda evidência, a preconizada atuação pedagógica, junto aos nossos jurisdicionados, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes, diligentemente consignados pela **DIJUR**, desta Corte, nos termos do **Parecer Jurídico n.º 167/2021/DIJUR/TCMPA**, sob o qual estabeleço integral aderência e adoto, por conseguinte, como fundamentos de decisão, tal como transcrito, cumpre-me, apenas com fins didáticos e de fomento ao debate, traçar algumas breves ponderações, tal como segue:

Inicialmente, vale destacar que esta Corte de Contas já recebeu outras demandas consultivas, com o mesmo fundo de direito do tema sob análise, as quais abarcaram questões pertinentes às vedações impostas no **art. 8º da LC n.º 173/2020**, no que apenas enumero, uma vez já transcritas em relatório, as decisões fixadas junto às **Resoluções n.º 15.626/2021** (Proc. n.º 202100123-00), oriunda da Prefeitura Municipal de Placas; **n.º 15.648/2021** (Proc. n.º: 202002724-00), oriunda da Câmara Municipal de Parauapebas, a de **n.º 15.726/2021** (Proc. n.º 202101757-00 / 202101783-00), oriunda da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins e, por fim, de maneira mais recente, a fixada junto à **Resolução n.º 15.729/2021** (Proc. n.º 202101603-00), oriunda da Câmara Municipal de Placas¹², todas sob minha relatoria.

A linha comum em todas elas se revela, como não poderia ser diferente, da inafastável impossibilidade de aumentos com despesas, diretas ou indiretas, com pessoal do serviço público, durante o período fixado pela LC n.º 173/2020, qual seja, até 31/12/2021.

No específico caso em análise, oriundo da **Prefeitura Municipal de Belém**, no atual exercício de 2021, temos que a questão proposta (quesito), cinge-se na avaliação quanto à possibilidade ou impossibilidade de serem adotadas medidas administrativas e legais destinadas à assegurar a percepção remuneratória dos servidores públicos municipais, que não seja inferior ao salário mínimo nacional.

Aderindo aos termos do **Parecer Jurídico n.º 167/2021/DIJUR/TCMPA**, transcrito em relatório, resta evidenciado que as restrições impostas pela LC n.º 173/2020, notadamente junto aos incisos I e VI, do art. 8º, não podem se suplantam a expressa previsão constitucional estabelecida a partir do inciso IV, do art. 7º, da CF/88, o qual trago novamente a coleção, *in verbis*:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Trata-se, portanto, muito mais do que uma mera possibilidade e, sim, de um direito constitucional dos trabalhadores em geral, dentro do que se inserem, por inflexão necessária e inarredável, os servidores públicos de quaisquer das três esferas federativas, conforme estabelece a própria Constituição Federal de 1988, no §3º, do art. 39, que transcrevo:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes

(...)

§3º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Nesta linha de compreensão, com grande acerto se destacou, junto à da **NOTA TÉCNICA Nº 000076/2020-PGE**, fazendo alerta expresso, no sentido de que a percepção remuneratória não inferior ao mínimo legal é **“direito fundamental assegurado aos trabalhadores, extensível aos servidores públicos”**, o qual há de “ser



observado obrigatoriamente pela Administração Estadual", assim como pelas Administrações Municipais, por clara simetria, ao que a **"Administração não pode valer-se da proibição legal para se eximir do dever constitucional de assegurar remuneração que preserve a percepção do salário mínimo"**.

Seguindo o mesmo entendimento, tal como transcrito em relatório, verifico que tal orientação, a despeito da ausência de qualquer caráter vinculante, já se pacificou perante a Confederação Nacional dos Municípios, conforme consta do Parecer n.º 2/2021/CNM, que dedicou tópico específico para a abordagem da questão trazida pelo Município de Belém, junto aos presentes autos consultivos.

Do referido Parecer, extraio e fixo entendimentos, os quais se estabelecem, inclusive, à luz da pacificada jurisprudência do C. STF, nos seguintes termos:

- i. É vedada a manutenção de remuneração total dos servidores públicos, em patamares inferiores ao do salário mínimo nacional¹³;
- ii. A LC n.º 173/2020 não possui o condão de impedir a manutenção do poder aquisitivo mínimo, estabelecido pelo inciso IV, do art. 7º, da CF/88, assentando nacionalmente;
- iii. Para tal preservação, há de se estabelecer a fixação legal de reajuste e/ou complementação remuneratória aos servidores que estejam percebendo valores mensais, inferiores ao do salário mínimo nacional;
- iv. Nos termos da Súmula Vinculante n.º 16 do C. STF, os artigos 7º, IV, e 39, §3º, da CF/88, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público e não o seu salário-base¹⁴.

Para além dos entendimentos que se firmam, nesta oportunidade, consubstanciados em uma interpretação da LC n.º 173/2020 à luz das disposições constitucionais vigentes e inafastáveis, compreendo, ainda, que a impositiva adoção de medidas, pelos Poderes Públicos Municipais, na manutenção do patamar remuneratório nacional mínimo, encontra abrigo no próprio teor da sobredita Lei Complementar Federal, ao que esclareço.

Os incisos I e VI, do art. 8º, da LC n.º 173/2020 estabelecem como regra de exceção ordinária, a subsistência de "sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública", elemento final este que merece destaque, quando se compreende da existência junto às Leis Orgânicas Municipais, inclusive do próprio ente consulente, de dispositivos que fixam como garantia dos servidores públicos municipais, a percepção remuneratória não inferior ao salário mínimo nacional, tal como transcrevo:

Art. 18. O Município assegura aos servidores públicos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, os seguintes direitos:

IV - vencimento nunca inferior ao salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado;

Tenho assim, como de clara compreensão, que as próprias leis orgânicas municipais, já traçaram previsão legal assecuratória, anterior a edição da LC n.º 173/2020, conduzindo-se, mais uma vez, à conclusão de que a adoção de medidas por parte dos Chefes dos Poderes Municipais, observados os ritos e competências inerentes à matéria, deverão atuar com vistas a assegurar a percepção remuneratória global, não inferior ao salário mínimo nacional.

Já em linhas finais e preconizando o espírito pedagógico que impulsionam os autos consultivos neste TCMPA, estabeleço, sob a forma de tese, resposta ao quesito consultivo, aderindo aos termos propostos pela DIJUR, tal como segue:

"Considerando que a Lei Orgânica do Município de Belém, vigente desde 30 de março de 1990, em seu inciso IV do artigo 18 disciplina que o município assegure aos servidores públicos vencimento nunca inferior ao salário mínimo, e ainda que hoje tal dispositivo não está sendo observado, pergunta-se se a proposição de atingimento desse piso, ainda que progressivamente, é vedada pelo disposto no inciso I, do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020?"

Resposta: Não, a adoção de medidas administrativas e legais que visem assegurar a manutenção da



remuneração global mínima dos servidores públicos municipais, com base no valor fixado nacionalmente ao salário mínimo, não encontra vedação junto aos termos da LC n.º 173/2020, a qual se faz devida e inafastável, nos termos do inciso IV, do art. 7º, da CF/88.

Outrossim, entendo pela necessidade de se ver estabelecer a devida repercussão geral da resposta à consulta formulada, a todos os Municípios e Poderes Municipais, tal como procedido por este Colendo Plenário, por ocasião dos julgamentos dos precedentes referenciados, isto porque, compreendo pelo claro impacto jurídico e orçamentário da matéria sob análise, junto às demais Câmaras e Prefeituras Municipais jurisdicionadas desta Corte de Contas, objetivando-se, a partir do entendimento uniforme e unânime deste Colegiado, quanto aos termos e fundamentos da presente consulta, ver dada a repercussão geral, a qual se estabelece, sob a modalidade de Prejulgado de Tese, conforme disciplina do **art. 241, do RITCMPA¹⁵ (Ato 23)**.

Diante de todo o exposto, proponho a fixação da ementa ao ato decisório, tal como segue:

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DO TCM PA. ADMISSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM BASE NO VALOR DEFINIDO NACIONALMENTE PARA O SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO INCISO IV, DO ART. 7º, DA CF/88. DECISÃO UNÂNIME. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A Lei Complementar n.º 173/2020 estabelece regras temporárias, consignadas até 31/12/2021, que vedam o aumento com despesas diretas e indiretas com pessoal.
2. As vedações constantes dos incisos I e VI, do art. 8º, da LC n.º 173/2020, não alcançam a obrigatoriedade de preservação do valor remuneratório mínimo, aos servidores públicos, balizado naquele estabelecido ao salário mínimo nacional, exigível, nos termos do inciso IV, do art. 7º, da CF/88.
3. É vedada a manutenção de remuneração total dos servidores públicos, em patamares inferiores ao do salário mínimo nacional;

4. Para tal preservação, há de se estabelecer a fixação legal de reajuste e/ou complementação remuneratória aos servidores que estejam percebendo valores globais mensais, inferiores ao do salário mínimo nacional;

5. Nos termos da Súmula Vinculante n.º 16 do C. STF, os artigos 7º, IV, e 39, §3º, da CF/88, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público e não o seu salário-base.

6. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (Ato 23).

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário, na forma regimental.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 16 de junho de 2021.

MARA LÚCIA

Conselheira/Relatora/TCMPA

NOTA DE FIM da RESOLUÇÃO Nº 15.732/2021:

1 Da lavra do Dr. Raphael Maués Oliveira (Diretor Jurídico) e Dra. Paula Melo e Silva D'Oliveira (Assessora Jurídica), deste TCM PA.

2 Art. 236. Se sobre a matéria objeto da consulta já houver deliberação Plenária, a unidade técnica eventualmente consultada dela dará ciência ao Conselheiro Relator, juntando a referida deliberação e/ou prejulgado à sua manifestação.

3 Parecer nº 118/2021/DIJUR/TCMPA

4 Parecer nº 140/2021/DIJUR/TCMPA

5 Parecer nº 122/2021/DIJUR/TCMPA

6 Em estudo realizado pelo DIEESE, divulgado pela CNN Brasil, em 13/01/2021, o qual adotou por base o valor da cesta básica e outros custos, em dezembro de 2020, ter-se-ia como mínimo nacional o valor de R\$-5.304,00 (cinco mil, trezentos e quatro reais). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/01/13/salario-minimo-deveria-ser-de-r-5304-aponta-estudo-do-dieese>

7 STF, Súmula Vinculante 16: "Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público".

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sufm=1237>.

8 Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

9 Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

10 RIBEIRO, Flávia Pereira. Conceito e análise da repercussão geral. In:





<https://flaviaribeiro2.jusbrasil.com.br/artigos/121816449/conceito-e-analise-da-repercussao-geral>

10 MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário, 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. P. 37/38.

11 **Art. 241.** As decisões unânimes tomadas pelo Plenário em relação às consultas terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, constituindo Prejulgado de Tese e vinculando o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação, mas não constituem, porém, prejulgamento de fato ou caso concreto.

§ 1º. Entende-se por prejulgado de tese o pronunciamento de natureza interpretativa de fato ou direito em tese, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência referente às consultas.

§ 2º. Cabe à Secretaria-Geral consolidar os entendimentos do Tribunal Pleno exarados em processos de consulta.

12 **EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. VEDAÇÕES DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020. AUMENTO DE SUBSÍDIO DE AGENTES POLÍTICOS E/OU SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 2021. DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA. ATO LEGAL EDITADO EM DATA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA LC. N.º 173/2020. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. COROLÁRIOS DO DIREITO ADQUIRIDO E DA PRESERVAÇÃO DO ATO JURÍDICO PERFEITO. RESPOSTA SOB A FORMA DE TESE. EXIGÊNCIA DE ANÁLISE DE CASO A CASO, NA FORMA REGIMENTAL, SOB COMPETÊNCIA DA CÂMARA ESPECIAL DE JULGAMENTO. DECISÃO UNÂNIME. REPERCUSSÃO GERAL.**

1. É possível aplicar o aumento dos subsídios dos agentes políticos e da remuneração dos servidores públicos, com efeitos financeiros para o exercício de 2021, nas situações em que as determinações legais que fixaram majoração remuneratória foram aprovadas antes da decretação do Estado de calamidade pública, por meio do Decreto Legislativo n.º 006/2020, publicado em 20/03/2020, nos termos do inciso I, art. 8º, da LC n.º 173/2020.

2. É possível aplicar o aumento dos subsídios dos agentes políticos e da remuneração dos servidores públicos, com efeitos financeiros para o exercício de 2021, nas situações em que as determinações legais que fixaram majoração remuneratória foram aprovadas antes da publicação da LC n.º 173/2020, incluindo os casos de leis criadas após a decretação do Estado de Calamidade Pública (Decreto Legislativo n.º 006/2020), em respeito ao princípio da segurança jurídica, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal e do art. 6º da LINDB.

3. É assegurado o mesmo tratamento dispendido aos agentes políticos aos servidores públicos, enquadráveis na mesma situação concreta em evidência.

4. Análise sob a forma de tese, ao que se impõem a avaliação, in concreto, da regularidade dos atos de fixação e revisão de remuneração dos agentes públicos e políticos, na forma regimental.

5. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (Ato 23).

13 Merece registro, quanto a tal entendimento, a subsistência de tramitação de Recurso Extraordinário com repercussão geral, no âmbito do C. STF (Tema 900), sob relatoria do Exmo. Ministro DIAS

TOFFOLI, onde se debate a “Possibilidade de recebimento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida”.

14 Neste sentido, destaca-se o precedente representativo, a seguir transcrito:

Ambas as Turmas da Corte, seguindo a orientação firmada pelo Plenário, corroboraram o entendimento de que a remuneração total do servidor, e não o seu salário-base, é que não pode ser inferior ao salário mínimo.

[RE 582.019 QO-RG, voto do rel. min. Ricardo Lewandowski, P, j. 13-11-2008, DJE 30 de 13-2-2009, Tema 142.]

15 **Art. 241.** As decisões unânimes tomadas pelo Plenário em relação às consultas terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, constituindo Prejulgado de Tese e vinculando o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação, mas não constituem, porém, prejulgamento de fato ou caso concreto.

§ 1º. Entende-se por prejulgado de tese o pronunciamento de natureza interpretativa de fato ou direito em tese, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência referente às consultas.

§ 2º. Cabe à Secretaria-Geral consolidar os entendimentos do Tribunal Pleno exarados em processos de consulta.

CONSULTA

RESOLUÇÃO Nº 15.733/2021, em 16/06/2021.

Processo nº 202103147-00

Classe: Consulta

Referência: Prefeitura Municipal de Belém

Interessado: Dilson Augusto Coelho Loureiro

Instrução: Diretoria Jurídica / TCMPA

Relator: Conselheira MARA LÚCIA

Exercício: 2021

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DO TCMPA. ADMISSIBILIDADE. REAJUSTE DO VALOR PAGO A TÍTULO DE VALE-ALIMENTAÇÃO. VEDAÇÃO TEMPORÁRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 8º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020. POSSIBILIDADE DE APROVAÇÃO DE ATO LEGAL CONCESSIVO, COM LIMITAÇÃO DE EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2022. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO RETROATIVOS E/OU DE DIFERENÇAS APURADAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA LC N.º 173/2020. DECISÃO UNÂNIME. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A Lei Complementar n.º 173/2020 estabelece regras temporárias, consignadas até 31/12/2021, que vedam o aumento com despesas diretas e indiretas com pessoal.



www.tcm.pa.gov.br



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE